

## Webinário discute estratégias para minimizar impacto da pandemia

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Evento reuniu especialistas de educação, saúde, assistência social e economia

Paulo Ricardo Martins

Passado mais de um ano desde que a OMS decretou a pandemia de Covid-19, o Brasil ainda vive situação crítica, com apenas 15,16% da população vacinada com a segunda dose e 27 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Quais as estratégias para minimizar ou reverter os efeitos que esse período trouxe foi o tema do webinário “Efeitos da Covid-19: o pós-pandemia na saúde, educação e assistência social”, que reuniu quatro especialistas de diferente áreas, no dia 17 de junho. O evento foi organizado pelo IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social), a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) e a FGV EESP Clear (Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona da Fundação Getúlio Vargas), com apoio da Folha. A mediação foi feita pelo jornalista Fernando Canzian. Para Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Conselho Nacional de Educação e ex-secretária executiva do MEC, os efeitos da pandemia na educação são “imprevisíveis”, visto que existem poucos dados sobre o ano de 2020. Ela chama a atenção para um estudo recente feito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que mostra que o período de recuperação da aprendizagem no Estado pode se estender até o final de 2022. Maria Helena reforça que a rede municipal de São Paulo foi uma das primeiras a voltar às aulas presenciais, mas, mesmo assim, foi muito impactada e deve pensar formas de reconduzir os estudantes a uma melhor aprendizagem. O Brasil lidera o ranking de países onde as escolas ficaram fechadas por mais tempo. Para a presidente do CNE, se alguns países europeus, como Alemanha, Reino Unido, Dinamarca, Suécia e França, que ficaram com escolas fechadas por menos de 90 dias, estão preocupados com a perda de aprendizagem, num país com alta desigualdade social, como o Brasil, a atenção precisa ser redobrada. “Esses alunos terão dificuldade em ter algum tipo de perspectiva na vida. Imagine um aluno que cursou a segunda série do ensino médio no ano passado e este ano está na terceira série. O que esse aluno aprendeu? Como ele vai fazer Enem este ano?” Em relação às estratégias para pensar a educação no pós-pandemia, a ex-presidente do INEP diz que, primeiramente, será preciso fazer um diagnóstico de como estão os estudantes do país para que, depois, possa ser feito um programa de recuperação intensivo. Contudo, essas medidas, segundo Maria Helena, devem estar associadas a uma melhor formação dos professores, à melhora da infraestrutura das escolas, para que possam oferecer mediação tecnológica aos estudantes, e a uma coordenação nacional que possa elaborar políticas de educação que visem a recuperação da aprendizagem. Na área de saúde, o professor da FGV e diretor do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde), Rudi Rocha, destacou a importância de mapear todos os impactos causados pela pandemia e antecipar soluções para problemas futuros. Rudi diz que a vacinação em massa é a única forma do país sair da pandemia e que o número de casos e morte só devem começar a cair substancialmente quando uma grande parcela da população tomar a segunda dose. Além disso, reforçou a importância do SUS para momentos de crise, como a atual pandemia. “Se existe uma coisa combatendo desigualdade no Brasil, essa coisa se chama SUS.” O economista aponta ainda que, após a pandemia, outras questões precisarão ser levadas em conta pelo governo, como a demanda reprimida e descontinuidade de tratamento, ou seja, pacientes com outras doenças que não foram devidamente atendidos durante a pandemia devido à sobrecarga dos hospitais. Além disso, a saúde mental é outro ponto que preocupa o especialista. Uma pesquisa de uma universidade americana feita em março de 2021 mostrou que o Brasil é líder em depressão e ansiedade,

se comparado a outros dez países. Dos entrevistados brasileiros, 63% tinham sintomas de ansiedade e 59% de depressão. Rubi Rocha afirma que para o país enfrentar os problemas que virão na área de saúde é preciso fortalecer o SUS, primeiramente. Ele analisa que a pandemia uniu a população em defesa do sistema, mas ainda há um problema de gestão. O professor cita ações fundamentais do SUS, como o agente comunitário de saúde, a Estratégia Saúde da Família e o Programa Saúde na Escola. Também seria preciso fortalecer políticas públicas de educação, assistência social, crédito e emprego, visto que todas essas áreas podem afetar a saúde do cidadão. E, por último, ter esforço dos governos para uma recomposição orçamentária, visando o corte de gastos tributários e aumento dos impostos para os mais ricos. Sobre assistência social, Wanda Engel, ex-ministra de assistência social, traçou uma linha histórica de como essa área foi sendo estruturada no Brasil e destacou a excelência do país em combater a desigualdade entre 2000 e 2010. Wanda cita o Fundo da Pobreza como uma iniciativa importante para o acesso de bens e serviços e aumento do emprego. A medida contava com um orçamento trienal de R\$ 13 bilhões e, a partir dele, foi possível criar o Projeto Alvorada. Esse projeto, que tinha parceria com Estados e municípios, desenvolveu 15 programas nas áreas de saúde, educação e renda, implantados em 2.318 municípios brasileiros que tinham baixo IDH. A crise de 2015 e a pandemia, entretanto, intensificou, novamente, o processo de desigualdade no Brasil. Hoje, o Brasil tem 14,8 milhões de desempregados, segundo o IBGE, número recorde para a série. Os desalentados, que são aqueles que desistiram de procurar emprego, são seis milhões, outro recorde. O Índice de Gini, medidor de desigualdade social, também voltou a crescer. O índice do primeiro trimestre de 2020 era de 0,642, contra 0,674 do primeiro trimestre deste ano. Quanto mais alto, maior a concentração de renda. Em janeiro, 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246 ao mês, segundo pesquisa da FGV Social e, de acordo com o IPEA, os mais pobres sentem quase o dobro da inflação em relação aos mais ricos. A ex-ministra afirma que o auxílio emergencial serviu como uma espécie de alívio para as famílias brasileiras e, agora, é necessário montar estratégias para a retomada. Ela diz que é preciso haver distribuição de bens materiais e, principalmente, transferências condicionadas, que têm como foco as famílias. Para isso, acredita ser importante que cada casa seja atendida por um promotor social de famílias, que possa entender qual é a necessidade daquelas pessoas. “Cada caso é um caso; cada família tem demandas específicas.” Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e colunista da Folha, lamentou o atraso no censo de 2020 e afirmou que é preciso pensar em uma identidade digital com tecnologia moderna. Referindo-se às apresentações anteriores, o economista diz que há um clima de otimismo, no momento, em relação à aceleração da vacinação, mas que as áreas da educação, assistência e saúde já foram atingidas e precisarão de atenção. “Há a esperança de que, na medida em que as pessoas sejam vacinadas, as coisas melhorem, mas o fato é que nós vamos ter que carregar as cicatrizes desse período por muito tempo.” Fraga afirma que os governos não deveriam cortar investimentos públicos, alertando que o Brasil teve mais de 20 anos de crescimento praticamente ininterruptos de gastos primários, mas uma queda “extraordinária” em investimento, e opina que política de Estado Mínimo é uma “bobeira”. Sobre as eleições de 2022, Fraga acredita que os “riscos são sempre os mesmos”, com espaço para a “demagogia”. “As coisas estão tão mal, que tem muito espaço para melhorar”, conclui. Paulo Tafner, diretor-presidente do IMDS, que abriu e fechou o debate, lembra que o seminário faz parte de uma série de divulgações do Prêmio Evidência e do Troféu IMDS. O Prêmio Evidência tem como objetivo premiar políticas públicas que se baseiem em fatos e estimular gestores. O ganhador irá concorrer ao Prêmio IMDS, que é dado à política pública que tenha maior impacto na mobilidade social. Para saber mais sobre a atuação do IMDS, acesse: [imdsbrasil.org](http://imdsbrasil.org)